

Carta de Natal

Nós, membros da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, participamos do XII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste na cidade de Natal/RN, acreditamos que este é um momento propício para fazermos uma reivindicação sobre a elaboração de um programa nacional efetivo de recursos hídricos que seja abrangente e participativo com planejamento envolvendo não só o governo federal, mas também os Estados da federação de forma a termos atividades envolventes, eficazes e descentralizadas.

O momento é oportuno, pois estamos prestes a iniciar um novo período governamental e se torna essencial o planejamento de utilização, manutenção, operação e preservação dos mananciais de forma sustentável e integrada, o que só será possível com a participação de todos os setores envolvidos, não só os órgãos federais e estaduais, mas também os usuários.

O momento é atual, pois o IPCC e outros organismos internacionais acabam de lançar novo alerta sobre as mudanças climáticas e sobre os riscos eminentes sobre eventos extremos envolvendo os recursos hídricos como enchentes mais intensas e secas mais prolongadas.

No Brasil estamos passando por experiências sobre a escassez dos recursos hídricos em diversos estados (São Paulo, Minas Gerais, interior do Nordeste, etc.) e sobre enchentes (litoral do Nordeste, Rio Grande do Sul, Amazônia) com consequências desastrosas, provocadas pela falta de um planejamento integrado, com a participação de todos os segmentos da sociedade.

Uma governança eficaz dos recursos hídricos requer o desenvolvimento dos três pilares da sustentabilidade, conhecimento do problema, uma política pública efetiva, e um planejamento integrado, descentralizado e participativo, que levem à solução dos problemas, minimize os riscos e resolvam os conflitos.

Desta forma, reivindicamos um planejamento de recursos hídricos que envolva uma política pública com vontade de encontrar soluções (inclusive com aportes financeiros), uma colaboração técnica em busca do conhecimento da comunidade acadêmica, necessários para se atingir as soluções e uma participação de todos os segmentos da sociedade, que bem informados reivindiquem necessidades e anseios de forma a atingirmos um patamar de governança da água com usos, operações eficazes dos recursos hídricos e preservação do meio ambiente.

Entendemos que essa ação passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos órgãos gestores dos Estados, com a efetivação de um corpo técnico permanente, qualificado, principalmente com formação adequada para as funções e em número suficiente para tornar possível o desenvolvimento de estudos e avaliações consistentes para dar os subsídios necessários à discussão e o desenvolvimento dos planejamentos.